



Diário Oficial do Município de Cordeiro

Ano 02
Nº 36

Acesso
Online

Órgão Oficial do Município - 12 de Julho de 2018

Editor-chefe: JOÃO PEDRO CORREIA PEREIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

OBJETO: Ref. a futura e eventual aquisição de medicamentos excepcionais de referência a serem fornecidos para os usuários do Sistema Único de Saúde, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos I e II do edital. **LOCAL E DATA: 26 de Julho de 2018, às 13h**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordeiro. **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL, Nº. 039/2018**, disponível **EXCLUSIVAMENTE** no site <http://www.cordeiro.rj.gov.br/>, a partir do dia **13/07/2018**. Valor estimado/máximo: R\$ 267.610,71.

Cordeiro, 12 de Julho de 2018.

Kelly Silva Bonifácio
Pregoeira Substituta

LEI N.º 2259/2018

“INSTITUI O PROGRAMA “FAMÍLIA NA ESCOLA” NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. - 1º - Fica instituído o Programa “Família na Escola” a ser desenvolvido na Rede Municipal de Ensino no âmbito do Município de Cordeiro, e ocorrer-se-á durante a semana que antecede o dia 21 de outubro de cada ano, ocasião em que se comemora o Dia Nacional de Valorização da Família.

Art. 2º- São objetivos do Programa “Família na Escola”.

I- Conscientizar a sociedade, sobretudo, os pais, sobre a família e a importância do acompanhamento da vida escolar das crianças e adolescentes;

II- Realçar o dever dos órgãos públicos e instituições em zelar pela família e na promoção do seu fortalecimento;

III- Promover dentro do ambiente escolar a reflexão e a discussão acerca do conceito da família na sociedade atual e seus problemas econômicos, sociais e culturais;

IV- Incentivar as participações comunitárias, ativas e permanentes, na defesa da qualidade da educação como um valor inseparável do exercício da cidadania e a importância da família no processo educacional;

V- Incentivar a formação de grupos voltados para as questões sócio educacionais;

VI- Promover o acesso democrático de pais e alunos ao conhecimento, inclusive, com relação a pessoas portadoras de necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação;

VII- Incentivar a participação da sociedade na gestão democrática do ensino público;

VIII- Promover a integração entre a entidade educacional e a família;

IX- Promover o respeito a liberdade e apreço a tolerância, objetivando a erradicação da violência escolar, familiar e social;

Art. 3º- Para execução do programa instituído no artigo anterior, serão realizados eventos dentro do ambiente escolar integralizando os profissionais da educação, voluntários, alunos universitários, pais e alunos com o intuito de desenvolver um trabalho coletivo entre a escola e a família dos alunos, organizando as atividades em cinco eixos temáticos: Educação, Esportes e Lazer, Cultura, Saúde e Cidadania.

§1º - O referido programa será coordenado pela Secretaria Municipal da Educação que fará a integralização entre os profissionais da educação, voluntários da comunidade escolar, pais e alunos, bem como, viabilizar parcerias com universidades públicas e privadas para oportunizar a participação de alunos universitários no desenvolvimento e organização das atividades a serem voltadas para o crescimento da participação e valorização da família dentro do ambiente educacional do município.

§2º - Os eixos a serem trabalhados envolverão a participação direta das famílias e alunos da rede municipal de ensino, fortalecendo o laço entre a família e a escola, sobretudo, reafirmar a importância da participação da comunidade escolar dentro do ambiente educacional para o aumento do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos municipais, realizando entre outras atividades:

I. Promover palestras para alunos, pais de alunos e a comunidade em geral sobre o tema: a importância da família;

II. Promover debates acerca do desenvolvimento pedagógico e suas dificuldades;

III. Promover debates sobre a acessibilidade e a importância da família no contexto;

IV. Promover concursos de redação referente ao tema família e a sua importância;

I. Promover atividades culturais com exposições de murais alusivos à importância da Família dentro do ambiente escolar de seus filhos;

II. Promover peças teatrais que abordem o tema família e a importância do diálogo na relação familiar;

III. Promover jogos dentre as mais variadas modalidades esportivas envolvendo pais e alunos, estimulando a convivência entre as famílias;

IV. Promover palestras na área de saúde do homem, da mulher e de seus filhos;

V. Promover palestras sobre políticas sociais;

VI. Promover palestras sobre valores éticos e morais.

Parágrafo Único – A Secretaria Municipal de Educação poderá, a seu critério, tornar periódica no âmbito da rede municipal de ensino, a realização de atividades ao longo do ano letivo, que estimulem o envolvimento da comunidade escolar e a participação da família dentro do ambiente educacional.

PODER EXECUTIVO

Luciano Ramos Pinto
PREFEITO

Maria Helena Coelho Pinto Vasconcellos
VICE-PREFEITA

Matheus Cruz Ramos
Procurador Geral Do Município

Sandra da Silva Laurindo
Controladora Geral do Município

Fabrcio Barros Pinto
Chefe de Gabinete

André Luis Cruz Mion
Secretário de Administração

Pablo Renzi Peres Caruzo
Secretário De Fazenda

Vania Lúcia Vieira Huguenin
Secretária De Saúde

Letícia Ramos Reis Do Nascimento
Secretária De Assistência Social E Direitos Humanos

Pablo Renzi Peres Caruzo
Secretário De Planejamento E Orçamento

Ailton Farinha Taveira
Secretário De Defesa Civil

Marcelo Pinheiro Henrique
Secretário Indústria, Comércio E Desenvolvimento Econômico

Luiz Antônio da Glória Medeiros
Secretário De Cultura

Luciano Lopes de Carvalho
Secretário De Obras E Urbanismo

Amarildo Lanes Luz
Secretário De Meio Ambiente

Fabrcio Barros Pinto
Secretario Interino De Turismo

Fabiano Rodrigues Pinto
Secretário De Trânsito

EXPEDIENTE:

O Diário Oficial do Município de Cordeiro é uma publicação da Prefeitura Municipal de Cordeiro, criado pela Lei 2157/2017. Órgão responsável Gabinete do Prefeito, Endereço: Avenida Presidente Vargas, nº 42/54, Centro, Cordeiro/RJ. CEP: 28.540-000.

Telefone: (22) 2551-0145.

SITE: www.cordeiro.rj.gov.br

E-MAIL: prefeitura@cordeiro.rj.gov.br

CNPJ: 28.614.865/0001-67

Editor-Chefe: JOÃO PEDRO CORREIA PEREIRA

Periodicidade: semanal

Disponível: www.cordeiro.rj.gov.br

Art. 4º - O Poder Executivo apoiará incondicionalmente o Programa “Família na Escola”, com mobilização dos serviços públicos, divulgação e orientação dos programas mantidos por suas secretarias e setores, ficando assegurada a participação através das suas organizações respectivas com os serviços já oferecidos rotineiramente a população.

§1º - Nas atividades definidas neste artigo, o poder público estimulará a participação de organizações comunitárias, culturais, religiosas e empresariais, dentre outras, com as mesmas finalidades.

Ar. 5º - Para o cumprimento da presente lei, o Poder Executivo, utilizará a estrutura física e humana existente, podendo firmar parceria com a iniciativa privada ou organizações não governamentais como colaboradores sem gerar qualquer dispêndio remuneratório ou gerar vínculo contratual que venha onerar os cofres públicos sendo permitido apenas a título de parceiro colaborador.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de julho de 2018

LUCIANO RAMOS PINTO

Prefeito

Vereadora Autora: Fabíola Melo de Carvalho

LEI N.º 2260/2018

“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORDEIRO A DAR PREFERÊNCIA NO ATENDIMENTO NÃO RETENDO EM FILAS, PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Em todos os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços no âmbito do Município de Cordeiro, deverão ser afixados cartazes ou placas em local visível, preferencialmente próximo ao caixa, quando existir, com os seguintes dizeres: “Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e seus acompanhantes têm atendimento preferencial nos termos desta Lei Municipal”.

Parágrafo Único – Entende-se que o Transtorno ao Espectro Autista (TEA) engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

Art. 2º - Os estabelecimentos terão prazo de 60 dias, a partir da data da publicação da lei para se adequarem.

Gabinete do Prefeito, 03 de julho de 2018

LUCIANO RAMOS PINTO

Prefeito

Vereadora Autora: Jussara Barrada Cabral Menezes

LEI N.º 2264/2018

“DISPÕE SOBRE: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ASSINATURA DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDEIRO”. O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir através de Decreto crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Art. 2º - Os recursos para atender o art. 1º são provenientes de convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cordeiro e o Ministério da Saúde, conforme Termos nº 330150171219085462 e 3301501712191713665.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de julho de 2018.

LUCIANO RAMOS PINTO

Prefeito

LEI N.º 2265/2018

“INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E APOIO ÀS PESSOAS COM PSORÍASE)”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. - 1º - Fica instituída a Semana Municipal de Conscientização e Apoio às Pessoas com Psoríase, a ser realizada anualmente, na última semana do mês de outubro, com a finalidade de esclarecer a população sobre as questões relativas à doença e estimular ações de apoio às pessoas com psoríase.

Art. 2º - Durante a Semana Municipal de Conscientização e Apoio às Pessoas com Psoríase serão realizadas atividades tendentes a:

I- esclarecer a população quanto às causas da respectiva doença, tratamentos adequados e necessidades de apoio familiar e comunitário aos pacientes;

II- promover campanhas educativas visando a uma ampla conscientização quanto aos problemas decorrentes da doença;

III- realizar seminários, encontros e atividades afins, com vistas à troca de experiências e informações entre familiares, cuidadores e demais envolvidos com pessoas com psoríase;

IV- promover o intercâmbio de informações com a população, visando à busca de soluções efetivas para as dificuldades das pessoas com psoríase.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 03 de julho de 2018

LUCIANO RAMOS PINTO

Prefeito

Vereadora Autora: Jussara Barrada Cabral Menezes

LEI N.º 2266/2018

Gabinete do Prefeito, 03 de julho de 2018.

“INSTITUI O PROJETO GRAVIDEZ SEGURA DE PREVENÇÃO À SAF – SÍNDROME ALCOÓLICA FETAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica criado o Projeto Gravidez Segura de Prevenção à SAF – Síndrome Alcoólica Fetal, no âmbito das unidades de saúde da Rede Pública Municipal.

Art. 2º - O Projeto Gravidez Segura deverá ter como objetivo básico a prevenção à SAF, mediante orientação às gestantes, através das unidades de saúde da Rede Pública Municipal, sobre os riscos da ingestão de bebidas alcoólicas e demais substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas, no curso da gravidez.

Parágrafo Único – As gestantes que necessitem de tratamento de reabilitação deverão ser encaminhadas para os serviços adequados pela equipe técnica do Projeto Gravidez Segura de Prevenção à SAF.

Art. 3º - O Poder Executivo poderá celebrar parcerias com outros órgãos da Administração Pública, Estadual e Federal, fortalecendo o Sistema Único de Saúde como equipamento público prioritário para consecução dos objetivos apresentados no artigo anterior.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 03 de julho de 2018.

LUCIANO RAMOS PINTO
Prefeito

Vereador Autor: Elielson Elias Mendes

LEI N.º 2267/2018

“INSTITUIA CAMPANHA DE REEDUCAÇÃO ALIMENTAR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA E PRIVADA NO MUNICÍPIO DE CORDEIRO”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituída a Campanha de Reeducação Alimentar nas instituições de ensino infantil e fundamental da rede pública e privada no Município de Cordeiro.

Art. 2º - A Campanha de Reeducação Alimentar será implantada de acordo com parâmetros definidos pela Secretaria Municipal de Educação em todas as instituições de ensino infantil e fundamental tendo como objetivo orientar as crianças e os adolescentes da importância de uma alimentação saudável e compatível com sua fase de crescimento.

Art. 3º - A Secretaria de Educação deverá contar com o apoio da Secretaria de Saúde, que se responsabilizará por designar os profissionais qualificados para melhor desenvolver a campanha.

Art. 4º - Para formalizar a participação da Secretaria de Saúde na Campanha, o poder executivo deverá publicar portaria criando grupo de apoio à Campanha, formado por profissionais da saúde e de outras secretarias caso seja necessário.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 03 de julho de 2018

LUCIANO RAMOS PINTO
Prefeito

Vereadora Autora: Jussara Barrada Cabral Menezes

LEI N.º 2268/2018

“DISPÕE SOBRE: INSTITUI O DIA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO, NO MUNICÍPIO DE CORDEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituído no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Cordeiro, Dia Municipal da Conscientização do Autismo, a ser realizado, anualmente, no dia 02 de abril.

Art. 2º - A data objetiva a realização de eventos e atividades, por meio de seminários, palestras, murais e panfletagem, voltada para a promoção e a conscientização dos direitos dos autistas.

Art. 3º - Os eventos e atividades citados no Art. 2º deverão ser realizados nas escolas municipais, CRAS – Centro de Referência da Assistência e nas ONG’S – Organizações Não Governamentais.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 03 de julho de 2018.

LUCIANO RAMOS PINTO
Prefeito

Vereador Autor: Robson Pinto da Silva

PORTARIA Nº 211/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.º 1147/2005, E SUAS ALTERAÇÕES, RESOLVE:

NOMEAR THAÍS MACEDO WERBET OUVERNEY para ocupar o cargo em comissão de Assistente Júnior de Compras, Índice CCII, da Secretaria Municipal de Administração, Prefeitura Municipal de Cordeiro, a contar de 01 de julho de 2018. Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de julho de 2018.

LUCIANO RAMOS PINTO
Prefeito

PORTARIA Nº 212/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.º 1147/2005, E SUAS ALTERAÇÕES, RESOLVE:

EXONERAR JÉSSICA APARECIDA DE OLIVEIRA ROCHA do cargo em comissão de Diretor Especializado Financeiro, Índice CCVIII, da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Cordeiro, a contar de 01 de julho de 2018. Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de julho de 2018.

LUCIANO RAMOS PINTO
Prefeito

PORTARIA Nº 213/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI 1472/2009. RESOLVE:

EXONERAR a servidora, **LAÍS DE PAIVA FONSECA**, Auxiliar Administrativo I, matrícula 400121331, da Função Gratificada de Chefe da Unidade Transfusional – GF-V, da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Cordeiro, com efeitos a contar de 01 de julho de 2018. Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de julho de 2018.

LUCIANO RAMOS PINTO
Prefeito

PORTARIA Nº 214/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 1147/2005, E SUAS ALTERAÇÕES, RESOLVE:

NOMEAR LAÍS DE PAIVA FONSECA para ocupar o cargo em comissão de Diretor Especializado Financeiro, Índice CCVIII, da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Cordeiro, a contar de 01 de julho de 2018. Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de julho de 2018.

LUCIANO RAMOS PINTO
Prefeito

PORTARIA Nº 215/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 1147/2005, E SUAS ALTERAÇÕES, RESOLVE:

NOMEAR JÉSSICA APARECIDA DE OLIVEIRA ROCHA para ocupar o cargo em comissão de Diretor Especializado em Atenção à Saúde e Programas Estratégicos, Índice CCVIII, da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Cordeiro, a contar de 01 de julho de 2018. Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de julho de 2018.

LUCIANO RAMOS PINTO
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2018

EXCLUSIVO PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

OBJETO: Ref. a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e orientação previdenciária, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos I e II do edital.

LOCAL E DATA: 26 de julho de 2018, às 09h, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordeiro.

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL, Nº. 045/2018, disponível **EXCLUSIVAMENTE** no site <http://www.cordeiro.rj.gov.br/>, a partir do dia **13/07/2018**. Valor estimado/máximo: R\$ 67.599,96

KELLY SILVA BONIFÁCIO
Pregoeira Substituta

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Considerando a decisão da Sra. Pregoeira Substituta e sua Equipe de apoio, instituídas pelas portarias nº 207/2017, 249/2017 e 027/2018, compostas pelos membros: Pregoeira Substituta: Kelly Silva Bonifácio e Equipe de Apoio: Bárbara de Souza Lima, Julia Vieitas Sarruf Alhanati e Thulio Prata Soares que classificaram as empresas **CANAÃ DE CARMO DISTRIBUIDORA LTDA ME**, Rua Armando Chaves Monteiro, 105 – Loja 01 – Boa Esperança - Carmo/RJ, CEP: 28640-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 10.542.335/0001-95, **FLC COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME**, Av. Raul Veiga, 98 – Centro – Cordeiro/RJ, CEP: 28.540-000, inscrito no CNPJ sob o nº 29.878.790/0001-94, **BOM DE MINAS COMERCIAL DE ALÉM PARAÍBA**, Rua Monsenhor Raul de Faria Cunha, 220 – Goiabal – Além Paraíba/MG, CEP: 36.660-000, inscrito no CNPJ sob o nº 19.196.371/0001-19 e **DISTRIBUIDORA SENRA LTDA ME**, situado na Av. Cotril, 1904 B – Jamaparã – Sapucaia/RJ, CEP: 25.887-000, inscrito no CNPJ sob o nº 26.756.490/0001-44 como vencedoras do edital do Pregão Presencial nº 036/2018, Ref. a futura e eventual aquisição de material de limpeza e higiene para atender a Diversas Secretarias Municipais, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no anexo I e II do edital. Considerando ser do interesse Público a Homologação da referida decisão:

HOMOLOGO a decisão da Sra. Pregoeira Substituta e sua Equipe de Apoio que julgou e considerou vencedora do certame a empresa:

- I. CANAÃ DE CARMO DISTRIBUIDORA LTDA ME**, situado na Rua Armando Chaves Monteiro, 105 – Loja 01 – Boa Esperança - Carmo/RJ, CEP: 28640-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 10.542.335/0001-95, com o valor global de R\$ 30.121,29 (trinta mil, cento e vinte e um reais e vinte e nove centavos)
- II. FLC COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME**, situado na Av. Raul Veiga, 98 – Centro – Cordeiro/RJ, CEP: 28.540-000, inscrito no CNPJ sob o nº 29.878.790/0001-94, com o valor global de R\$ 87,90 (oitenta e sete reais e noventa centavos).
- III. BOM DE MINAS COMERCIAL DE ALÉM PARAÍBA**, situado na Rua Monsenhor Raul de Faria Cunha, 220 – Goiabal – Além Paraíba/MG, CEP: 36.660-000, inscrito no CNPJ sob o nº 19.196.371/0001-19, com o valor global de R\$157,88 (cento e cinqüenta e sete reais e oitenta e oito centavos).
- IV. DISTRIBUIDORA SENRA LTDA ME**, situado na Av. Cotril, 1904 B – Jamaparã – Sapucaia/RJ, CEP: 25.887-000, inscrito no CNPJ sob o nº 26.756.490/0001-44, com o valor global de R\$ 41.133,00 (quarenta e um mil e cento e trinta e três reais).Dê-se ciência a firma vencedora, com determinação para as providências cabíveis e necessárias.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.
Cordeiro-RJ, em 11 de Julho de 2018.

LUCIANO RAMOS PINTO

Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO

OBJETO: Ref. a futura e eventual aquisição de peças para Motoniveladora Modelo:120k visando atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, conforme especificações e quantidades estabelecidas, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no anexo I e II do edital. **LOCAL E DATA:** 27 de Julho de 2018, às 10h, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordeiro. **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL, Nº. 047/2018**, disponível **EXCLUSIVAMENTE** no site <http://www.cordeiro.rj.gov.br/>, a partir do dia **13/07/2018**. Valor estimado/máximo: R\$ 9.857,93.

Cordeiro, 12 de Julho de 2018.

Kelly Silva Bonifácio
Pregoeira Substituta



AVISO DE LICITAÇÃO

OBJETO: Ref. a futura e eventual aquisição de peças para o Trator Agrícola New Holland TL 85, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no anexo I e II do edital. **LOCAL E DATA:** 27 de Julho de 2018, às 14h, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordeiro. **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL, Nº. 035/2018**, disponível **EXCLUSIVAMENTE** no site <http://www.cordeiro.rj.gov.br/>, a partir do dia 13/07/2018. Valor estimado/máximo: R\$ 11.002,50.

Cordeiro, 12 de Julho de 2018.

Kelly Silva Bonifácio
Pregoeira Substituta

RESOLUÇÃO CMS - Nº 002 - DE 2018.

APROVA OS BALANCETES DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DE 2018 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,

O Conselho Municipal de Saúde de Cordeiro, no uso de suas atribuições legais e considerando a REUNIÃO ORDINÁRIA de 29 de Maio de 2018. **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam aprovados, por esse Conselho, por unanimidade, os Balancetes de Janeiro, Fevereiro e Março de 2018 da Secretaria Municipal de Saúde, apresentados. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cordeiro, 01 de Junho de 2018

Eliana Curty
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS - Nº 003 - DE 2018.

APROVA O RAG 2017 (Relatório Anual de Gestão) – SARGSUS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O Conselho Municipal de Saúde de Cordeiro, no uso de suas atribuições legais e considerando a REUNIÃO ORDINÁRIA de 29 de Maio de 2018. **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam aprovados, por esse Conselho, por unanimidade, o RAG 2017 (Relatório Anual de Gestão) SARGSUS da Secretaria Municipal de Saúde. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cordeiro, 01 de Junho de 2018

Eliana Curty
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO:

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDEIRO

CONTRATADA: CARLOS JOSÉ PONTES DOS REIS ME

OBJETO: Ref. a aquisição de peças e serviços para manutenção dos veículos movidos a diesel do Fundo Municipal de Saúde de Cordeiro, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no anexo I e II do edital e conforme especificação no pregão presencial nº 037/2018.

PRAZO: O prazo de vigência do contrato será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, aditivado em valor ou suprimido, conforme necessidade e entendimento da administração pública.

VALOR GLOBAL: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e desconto de 35% sobre peças e serviços para manutenção de veículos movidos a diesel).

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Saúde

PROGRAMA DE TRABALHO: 1401.1030100932.220

CÓDIGO DE DESPESA: 3390.30.00

FONTE:45

Diário Oficial
CORDEIRO

PROGRAMA DE TRABALHO: 1401.1030200612.154

CÓDIGO DE DESPESA: 3390.30.00

FONTE: 47

PROGRAMA DE TRABALHO: 1401.1012200602.105

CÓDIGO DE DESPESA: 3390.30.00

FONTE:00

PROGRAMA DE TRABALHO: 1401.1030100932.170

CÓDIGO DE DESPESA: 3390.39.00

FONTE:00

PROGRAMA DE TRABALHO: 1401.1030100932.220

CÓDIGO DE DESPESA: 3390.39.00

FONTE: 45

DATA DA ASSINATURA: 09 de Julho 2018.

VÂNIA LÚCIA VIEIRA HUGUENIN

Fundo Municipal de Saúde de Cordeiro

EXTRATO DE CONTRATO:

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDEIRO

CONTRATADA: CARLOS JOSÉ PONTES DOS REIS ME

OBJETO: Ref. a aquisição de peças e serviços para manutenção dos veículos movidos a gasolina do Fundo Municipal de Saúde de Cordeiro, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no anexo I e II do edital e conforme especificação no pregão presencial nº 038/2018.

PRAZO: O prazo de vigência do contrato será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, aditivado em valor ou suprimido, conforme necessidade e entendimento da administração pública.

VALOR GLOBAL: R\$ 130.000,00 (cento e vinte mil reais) e desconto de 35% sobre peças e serviços para manutenção de veículos movidos a gasolina).

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Saúde

PROGRAMA DE TRABALHO: 1401.1030100932.220

CÓDIGO DE DESPESA: 3390.30.00

FONTE:45

PROGRAMA DE TRABALHO: 1401.1030200612.154

CÓDIGO DE DESPESA: 3390.30.00

FONTE: 47

PROGRAMA DE TRABALHO: 1401.1012200602.105

CÓDIGO DE DESPESA: 3390.30.00

FONTE:00

PROGRAMA DE TRABALHO: 1401.1030100932.170

CÓDIGO DE DESPESA: 3390.39.00

FONTE:00

PROGRAMA DE TRABALHO: 1401.1030100932.220

CÓDIGO DE DESPESA: 3390.39.00

FONTE: 45

DATA DA ASSINATURA: 09 de Julho 2018.

VÂNIA LÚCIA VIEIRA HUGUENIN

Fundo Municipal de Saúde de Cordeiro

Diário Oficial CORDEIRO

LEI N.º 2261/2018

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art.1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Cordeiro para o exercício de 2019, compreendendo:

I - As Metas Fiscais;

II - As prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual de 2018 a 2021;

III - A estrutura e organização dos orçamentos;

IV - As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do município;

V - As disposições sobre dívida pública municipal;

VI - As disposições sobre despesa com pessoal;

VII - As disposições sobre a legislação tributária, e;

VIII - As disposições Gerais.

CAPÍTULO I

METAS FISCAIS

Art.2º. O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, conforme anexo I desta Lei. (Art. 4º, da L. C. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º. Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 2º. O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 3º. O Município deverá aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, nas ações e serviços públicos de saúde.

Art.3º. O Poder Executivo promoverá o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seus artigos 9º, § 4º, 22 e 30, § 4º na forma e nos prazos por neles estabelecidos.

Parágrafo único: Os Municípios com menos de 50.000 (cinquenta mil) habitantes poderão obedecer ao que preceitua o art. 63 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO II

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º. As prioridades e metas da administração municipal para o exercício financeiro de 2019 são aquelas definidas e demonstradas no anexo II desta Lei. (Art. 165, § 2º da Constituição Federal).

§ 1º. Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2019 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no anexo II desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas;

§ 2º. Na elaboração da Proposta Orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Diário Oficial CORDEIRO

CAPÍTULO III ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art.5º. O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os poderes Legislativo e Executivo com os respectivos Fundos Municipais e Instituto de Previdência Próprio e será estruturado em conformidade com a estrutura organizacional da Prefeitura.

Art.6º. A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a Fundos, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, sempre em conformidade com as Portarias MOG Nº 42/1999 e STN/SOF Nº 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados o seguinte:

I – Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo I da Lei 4.320/1964 e adendo II da Portaria SOF nº 8/1985 e Portarias interministeriais STN/SOF 163/2001 e 180/2001 com alterações);

II – Demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo II 4.320/1964 e adendo III da Portaria SOF nº 8/1985 e Portarias interministeriais STN/SOF 163/2001 e 180/2001 com alterações);

III – Resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo III da 4.320/1964 e adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985 e Portaria interministerial STN/SOF 163/2001 com alterações);

IV – Demonstrativo da despesa por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III da Lei 4.320/1964 e adendo III da Portaria SOF nº 8/1985 e Portaria interministerial STN/SOF 163/2001 com alterações);

V – Programa de Trabalho (adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);

VI – Programa de Trabalho de governo – demonstrativo da despesa por funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e operações especiais (anexo VI da Lei 4.320/1964 e adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);

VII – Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e operações especiais (Anexo VII da Lei 4.320/1964 e adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);

VIII - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções, programas, conforme o vínculo com os recursos (Anexo VIII da Lei 4.320/1964 e adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);

IX - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo IX da Lei 4.320/1964 e adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa, QDD, por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamentos denominada QDD;

§ 1º. O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, do Legislativo, do Executivo e dos respectivos Fundos Municipais, deverá acompanhar o Orçamento Geral do Município e evidenciará suas receitas e despesas conforme o disposto no caput deste artigo.

§ 2º. Na hipótese de haver receita não orçada, a mesma será classificada nos termos da Portaria Conjunta SOF/STN nº 004, de 30 de novembro de 2010 - Procedimentos Contábeis Orçamentários, conforme a 3ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

§ 3º. Para efeito desta Lei entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as entidades com orçamento e contabilidade próprios;

§ 4º. O QDD deverá ser detalhado em nível de elementos de despesas bem como em desdobramentos de elementos de despesas e somente poderá ser alterado com autorização legislativa.

Art.7º. A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/1964, conterá:

I – Quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total (Princípio da Transparência, Art. 48 da LRF);

CAPÍTULO IV
DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.8º. Os orçamentos para o exercício de 2019 obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte, abrangendo o Poder Legislativo e Executivo e seus Fundos. (Arts. 1º, §§ 1º, 4º, I, “a” e 48 da LRF);

Art.9º. Os fundos municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita das Unidades Gestoras em que estiverem vinculados, e essas, por sua vez, vinculadas as Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Plano de Aplicação, representados nas planilhas de Despesas referidas no Art. 5º desta Lei.

§ 1º. Os fundos municipais serão gerenciados pelos Gestores definidos nas respectivas Leis Municipais.

§ 2º. A movimentação orçamentária e financeira das contas dos fundos municipais deverão ser mostradas também em balancetes apartado da unidade gestora central.

Art.10º. O repasse de recursos à Câmara Municipal será feito conforme preconiza as emendas Constitucionais 25 de 14 de fevereiro de 2000 e 58 de 23 de setembro 2009.

A - O Poder Executivo Municipal fixará, por decreto, o valor do repasse, após a apuração das Receitas realizadas no exercício de 2018.

B - O saldo de dotação porventura havido no orçamento do Poder Legislativo – em virtude de anulação parcial do valor consignado na estimativa da despesa do Executivo referente a repasse à Câmara, suplementará por Decreto do Poder Executivo, a dotação para Atendimento de Passivos Contingentes e outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos.

C - O Poder Legislativo Municipal, trinta dias após a publicação do decreto do Executivo, reordenará seu orçamento, limitando as despesas ao valor do repasse fixado no decreto do Executivo.

Art.11. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar as alterações orçamentárias no decorrer do exercício de 2019 conforme incisos deste artigo.

I - Abrir no curso da execução orçamentária de 2019, créditos adicionais de mediante autorização Legislativa;

II - Fica autorizado abrir programas e ações de governo, elementos de despesas no exercício vigente para atender convênios que sejam firmados durante o ano, mediante autorização Legislativa,

III – Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64, mediante autorização Legislativa

IV – Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4320/64, mediante autorização Legislativa.

V – A abrir no curso da execução do orçamento de 2019 créditos adicionais suplementares para cobrir despesas vinculadas a fonte de recursos específicos, cujo recebimento no exercício tenha excedido a previsão de arrecadação e execução, mediante autorização Legislativa.

VI – A transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente recursos orçamentários de categorias econômicas, nos termos do inciso VI artigo 167 da CF, mediante autorização Legislativa.

VII – A criar elemento de despesas em programas de trabalho já existente no orçamento vigente por Decreto, mediante autorização Legislativa.

Parágrafo Único - Os créditos adicionais de que trata o inciso I poderá ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

Art.12. Os estudos para a definição dos Orçamentos da receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF).

Diário Oficial CORDEIRO

Art.13. Até 30 dias antes do encaminhamento da proposta orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará a disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receita para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art.12 § 3º da LRF).

Art.14. Se a receita estimada para 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o executivo promoverá a consequente adequação da despesa.

Art.15. Na execução do orçamento verificando que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional as suas dotações e observar as fontes de recurso, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes dotações abaixo. (Art.9º da LRF);

I – Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis, destinadas para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§ 1º. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recurso.

§ 2º. No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcialmente, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 3º. Não serão objeto de limitação de empenho as despesas de valor irrelevante, assim consideradas aquelas cujo valor não ultrapasse os limites fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com pessoal e encargos sociais, com manutenção de programas de Educação, de Saúde e de Assistência Social, com serviço da dívida, de precatórios judiciais e as decorrentes de obrigações constitucionais e legais do Município de Cordeiro.

Art.16. As despesas obrigatórias de caráter continuado em relação à receita corrente líquida, programadas para 2019, poderão ser expandidas em até 12%, tomando-se por base as despesas obrigatórias de caráter continuado fixada na Lei Orçamentária Anual para 2018. (Art.4º, § 2º da LRF).

Art.17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do município, aqueles constantes do anexo III desta Lei. (Art.4º § 3º da LRF).

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houve do excesso de arrecadação e superávit financeiro do exercício de 2019.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimento, desde que não comprometido.

Art.18. Os orçamentos para o exercício de 2019 destinarão recursos para a reserva de contingência, não inferior a 1% das receitas correntes líquidas previstas para o mesmo exercício. (Art.5º, III da LRF).

§ 1º. Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais previsto, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na portaria MOG nº 42/1999, Art.5º e portaria STN 163/2001, Art.8º. (Art.5º, III, “b” da LRF).

§ 2º. Os recursos da reserva de contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até 01/12/2019, poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares, com e dotações que se tornarão insuficientes, com a prévia autorização Legislativa.

Art.19. Os investimentos com duração superior a doze meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º § 5º da LRF).

Diário Oficial CORDEIRO

Art.20. Os projetos e atividades priorizados na **Lei Orçamentária Anual** para 2019 com dotações vinculadas a fonte de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, Parágrafo único e 50, I, da LRF).

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4320/1964 será apurado em cada fonte de recurso para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos arts. 8º Parágrafo único e 50, I, da LRF.

§ 2º. Na **Lei Orçamentária Anual** os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recurso, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (8º Parágrafo único e 50, I, da LRF).

Art.21. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2019, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (Art. 4º § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art.22. No exercício de 2019, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento do limite estabelecido nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, somente ocorrerão quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art.23. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que venha a ser acrescida à execução da despesa orçamentária de 2019, deverá obedecer ao que preceitua a lei complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Art.24. Os procedimentos administrativos de estima do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16. itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade, bem como nos processos de nomeação e contratação de pessoal.

Parágrafo único: Para efeito do disposto no Art.16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I, do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF).

Art.25. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Art.26. Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela administração municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recurso na **Lei Orçamentária Anual**. (Art. 62 da LRF).

Art.27. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de despesa /modalidade de aplicação/elemento de despesa/desdobramento do elemento de despesa, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN/SOF nº 163/2001.

Art.28. Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2020. (Art. 167. I da Constituição Federal).

Art.29. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo poder público municipal de que trata os art. 50, § 3º da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custo dos programas, das ações, do metro quadrado das construções, do metro quadrado das pavimentações, do aluno / ano do Ensino Fundamental, do aluno / ano do transporte escolar, do aluno / ano do Ensino Infantil, do aluno / ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, etc. (Art. 4º, I, “e” da LRF).

Parágrafo único: Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tornando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, “e” da LRF).

Art.30. Os programas priorizados por esta Lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2019 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, “e” da LRF).

CAPÍTULO V, DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.31. A Lei Orçamentária de 2019 poderá conter autorização para contratação de operações de crédito para atendimento às despesas de capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF. (Arts. 30, 31 e 32 da LRF).

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art.34. O Executivo e o Legislativo Municipal, autorizado por Lei, poderão em 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da Lei, observados os limites e as regras da LRF (Art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo único: Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na **Lei Orçamentária Anual** para 2019.

Art.35. Ressalvada a hipótese do inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos poderes, em 2019, executivo e legislativo, não excederá em percentual da receita corrente líquida, obedecendo os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (Art. 71 da LRF).

Art.36. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (Art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art.37. O executivo municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (Arts. 19 e 20 da LRF):

- I - Eliminação das despesas com horas-extras;
- II - Exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- III - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.38. O executivo municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas e estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objetos de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF).

Art.39. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão se cancelados mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita. (Art. 14, § 3º da LRF).

Art.40. O ato que conceder ou ampliar incentivos, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do orçamento da receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação. (Art. 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.41. O chefe do Poder Executivo municipal deverá estabelecer e publicar, em até 30 (trinta dias) após a publicação da **Lei Orçamentária Anual**, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma da execução mensal para suas Unidades Gestoras. (Art. 8º da LRF).

Art.42. O Poder Executivo desdobrará as receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valor de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos. (Art. 13 da LRF).

Art.43. Os poderes Executivo e Legislativo organizarão através de ato próprio, a execução de suas despesas na forma de quotas mensais de pessoal e encargos, manutenção operacional e atividades finalísticas, garantindo o equilíbrio entre receita e despesa.

Art.44. **A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.** (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único: As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (Art. 70, parágrafo único da CF), bem como só poderão receber outros recursos após a devida legalização de anteriores, conforme preconiza a Deliberação 200 do TCE/RJ.

Diário Oficial
CORDEIRO

Art.45. O Executivo Municipal, até o dia trinta de Setembro de 2018, enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2018.

§ 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o executivo municipal autorizado a executar a Proposta Orçamentária na forma original, até à sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 3º. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fonte de recursos o superávit financeiro de 2018, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art.46. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de Tesouraria.

Art.47. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art.48. O executivo municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do município, dando ciência ao Poder Legislativo até o prazo máximo de 03 dias após a assinatura.

Art.49. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 03 de julho de 2018.

LUCIANO RAMOS PINTO
Prefeito



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cordeiro

Página 1 de 1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2019

Frustração de Arrecadação		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Queda na Arrecadação por Risco de Crise	300.000,00	Frustração de Arrecadação	300.000,00
SUBTOTAL	300.000,00	SUBTOTAL	300.000,00
Demandas Judiciais		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Passivos Jurídicos de Qualquer Natureza	250.000,00	Demandas Judiciais	250.000,00
Decisões Judiciais contra o Fundo Municipal de Saúde	600.000,00	Demandas Judiciais	600.000,00
SUBTOTAL	850.000,00	SUBTOTAL	850.000,00
TOTAL	1.150.000,00	TOTAL	1.150.000,00

LUCIANO RAMOS PINTO
ORDENADOR PRINCIPAL
Mat.:

Pablo Renzi Peres Caruzo
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
Mat.:020181153

Paulo Geovani Olival
RRESP. CONTABILIDADE
Mat.:20010991



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

AMF - Demonstrativo I (LRF, Art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor Corrente	Valor Constante	%PIB	Valor Corrente	Valor Constante	%PIB	Valor Corrente	Valor Constante	%PIB
Receita Total	67.674.200,00	64.760.000,00	26,452741	70.381.168,00	64.760.000,00	26,971423	73.196.414,72	64.760.000,00	26,971423
Receitas Primárias (I)	66.730.727,86	63.857.155,85	26,083953	69.399.956,96	63.857.155,83	26,595404	72.175.955,25	63.857.155,84	26,595404
Despesa Total	67.674.200,00	64.760.000,00	26,452741	70.381.168,00	64.760.000,00	26,971423	73.196.414,72	64.760.000,00	26,971423
Despesas Primárias (II)	66.709.665,00	63.837.000,00	26,075720	69.378.051,60	63.837.000,00	26,587009	72.153.173,66	63.837.000,00	26,587009
Resultado Primário (III) = (I-II)	21.062,86	20.155,85	0,0082331	21.905,36	20.155,83	0,0083946	22.781,59	20.155,85	0,0083946
Resultado Nominal	(1.361.510,78)	(1.302.881,13)	-0,532192	660.358,47	607.617,29	0,2530621	(3.822.669,50)	(3.382.079,27)	-1,408577
Dívida Pública Consolidada	7.663.736,31	7.333.718,96	2,9956296	6.529.241,56	6.007.767,35	2,5021315	5.394.746,81	4.772.963,33	1,9878569
Dívida Consolidada Líquida	(8.778.710,70)	(8.400.680,10)	-3,431454	(8.118.352,23)	(7.469.959,73)	-3,111109	(11.941.021,73)	(10.564.732,85)	-4,400029

LUCIANO RAMOS PINTO
ORDENADOR PRINCIPAL
Mat.: .

Pablo Renzi Peres Caruzo
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
Mat.:020181163

Paulo Geovani Olival
RESP. CONTABILIDADE
Mat.:20010991

Desenvolvido por SAPITUR



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2019

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em		Metas Realizadas em		Variação	
	2017	% PIB	2017	% PIB	Valor	%
	(a)		(b)		(c) = (d - a)	(c/a) x
Receita Total	62.756.240,00	24,0494	60.772.207,97	23,7549	(1.984.032,03)	(3,1615)
Receitas Primárias(I)	61.641.124,84	23,6221	60.772.207,97	23,7549	(868.916,87)	(1,4096)
Despesa Total	62.756.240,00	24,0494	59.630.117,08	23,3084	(3.126.122,92)	(4,9814)
Despesas Primárias(II)	62.256.854,90	23,8580	59.062.151,52	23,0864	(3.194.703,38)	(5,1315)
Resultado Primário(III)=(I-II)	(615.730,06)	(0,2360)	1.710.056,45	0,6684	2.325.786,51	(377,7283)
Resultado Nominal	135.128,61	(1,5282)	3.987.823,48	(0,0528)	3.852.694,87	2.851,1319
Dívida Pública Consolidada	2.535.281,62	0,9716	9.932.726,81	3,8825	7.397.445,19	291,7800
Dívida Consolidada Líquida	(10.064.292,13)	(3,8568)	(3.903.029,30)	(1,5256)	6.161.262,83	(61,2190)

LUCIANO RAMOS PINTO
ORDENADOR PRINCIPAL
Mat.: .

Pablo Renzi Peres Caruzo
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
Mat.:020181163

Paulo Geovani Olival
RESP. CONTABILIDADE
Mat.:20010991

Desenvolvido por SAPITUR



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2019

AMF - Demonstrativo III (LEP, art 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
VALORES A PREÇOS CORRENTES											
Receita Total	58.627.692,45	60.772.207,97	3,66	64.760.000,00	6,56	67.674.200,00	4,50	70.381.168,00	4,00	73.196.414,72	4,00
Receitas Primárias(I)	58.627.692,45	60.772.207,97	3,66	63.857.155,84	5,08	66.730.727,86	4,50	69.399.956,96	4,00	72.175.955,25	4,00
Despesa Total	56.856.303,46	59.630.117,08	4,88	64.760.000,00	8,60	67.674.200,00	4,50	70.381.168,00	4,00	73.196.414,72	4,00
Despesas Primárias(II)	56.310.316,24	59.062.151,52	4,89	63.837.000,00	8,08	66.709.665,00	4,50	69.378.051,60	4,00	72.153.173,66	4,00
Resultado Primário(III)-(I-II)	2.317.376,21	1.710.056,45	-26,21	20.155,84	-98,82	21.062,86	4,50	21.905,36	4,00	22.781,59	4,00
Resultado Nominal	-2.251.206,44	3.987.823,48	-277,14	-3.514.170,62	-188,12	-1.361.510,78	-61,26	660.358,47	-148,50	-3.822.669,50	-678,88
Dívida Pública Consolidada	2.400.153,01	9.932.726,81	313,84	8.798.231,06	-11,42	7.663.736,31	-12,89	6.529.241,56	-14,80	5.394.746,81	-17,38
Dívida Consolidada Líquida	-7.890.852,78	-3.903.029,30	-50,54	-7.417.199,92	90,04	-8.778.710,70	18,36	-8.118.352,23	-7,52	-11.941.021,73	47,09
VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
Receita Total	52.576.400,88	56.107.306,26	6,72	61.971.291,87	10,45	64.760.000,00	4,50	64.760.000,00	0,00	64.760.000,00	0,00
Receitas Primárias(I)	52.576.400,88	56.107.306,26	6,72	61.107.326,16	8,91	63.857.155,85	4,50	63.857.155,83	-0,00	63.857.155,84	0,00
Despesa Total	50.987.846,84	55.052.882,77	7,97	61.971.291,87	12,57	64.760.000,00	4,50	64.760.000,00	0,00	64.760.000,00	0,00
Despesas Primárias(II)	50.498.214,01	54.528.514,50	7,98	61.088.038,28	12,03	63.837.000,00	4,50	63.837.000,00	0,00	63.837.000,00	-0,00
Resultado Primário(III)-(I-II)	2.078.186,87	1.578.791,76	-24,03	19.287,89	-98,78	20.155,85	4,50	20.155,83	-0,00	20.155,85	0,00
Resultado Nominal	-2.018.846,85	3.681.716,38	-282,37	-3.362.842,70	-191,34	-1.302.881,13	-61,26	607.617,29	-146,64	-3.382.079,27	-656,61
Dívida Pública Consolidada	2.152.419,81	9.170.286,28	326,05	8.419.359,87	-8,19	7.333.718,96	-12,89	6.007.767,35	-18,08	4.772.963,33	-20,55
Dívida Consolidada Líquida	-7.076.393,79	-3.603.431,04	-49,08	-7.097.798,97	96,97	-8.400.680,10	18,36	-7.469.959,73	-11,08	-10.564.732,85	41,43

Desenvolvido por SAPITUR



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2019

LUCIANO RAMOS DINTO
ORDENADOR PRINCIPAL
Mat.: .

Pablo Benzi Peres Caruzo
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
Mat.:020181163

Paulo Geovani Olival
RESP. CONTABILIDADE
Mat.:20010991

Desenvolvido por SAPITUR



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2019

AMF Demonstrativo IV (LRF, art.4º, § 2º, inciso III) R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	(26.261.451,39)	100,00	(31.187.735,92)	100,00	(34.795.303,34)	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	(26.261.451,39)	100,00	(31.187.735,92)	100,00	(34.795.303,34)	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio	(61.823.212,37)	100,00	(62.571.752,48)	100,00	(62.624.843,94)	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	(61.823.212,37)	100,00	(62.571.752,48)	100,00	(62.624.843,94)	100,00

Descontandas receitas e despesas intra-orçamentárias

LUCIANO RAMOS PINTO
ORDENADOR PRINCIPAL
Mat.: _____

Pablo Renzi Peres Caruzo
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
Mat.: 020181163

Paulo Geovani Olival
RESP. CONTABILIDADE
Mat.: 20010991



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF Demonstrativo V (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2017	2016	2015
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2017	2016	2015
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2017	2016	2015
VALOR(III)	0,00	0,00	0,00

LUCIANO RAMOS PINTO
ORDENADOR PRINCIPAL
Mat.:

Pablo Renzi Peres Caruzo
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
Mat.:020181163

Paulo Geovani Olival
RESP. CONTABILIDADE
Mat.:20010991



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2019

AMF Demonstrativo VI (LRP, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

Exercício	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	SALDO FINANCEIRO
	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIO	DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Anterior)+(c)
2019	1.410.801,55	1.111.950,84	298.850,71	298.850,71
2020	1.379.747,68	1.111.950,84	267.796,84	566.647,55
2021	1.346.633,74	1.111.950,84	234.682,90	801.330,45
2022	1.295.658,49	1.111.950,84	183.707,65	985.038,10
2023	1.243.832,15	1.111.950,84	131.881,31	1.116.919,41
2024	1.202.391,17	1.111.950,84	90.440,33	1.207.359,74
2025	1.162.712,26	1.111.950,84	50.761,42	1.258.121,16
2026	1.124.818,93	1.111.950,84	12.868,09	1.270.989,25
2027	1.079.826,18	1.111.950,84	(32.124,66)	1.238.864,59
2028	1.041.472,02	1.111.950,84	(70.478,82)	1.168.385,77
2029	1.002.835,48	1.111.950,84	(109.115,36)	1.059.270,41
2030	956.441,43	1.111.950,84	(155.509,41)	903.761,00
2031	907.766,25	1.111.950,84	(204.184,59)	699.576,41
2032	854.842,82	1.111.950,84	(257.108,02)	442.468,39
2033	799.832,59	1.111.950,84	(312.118,25)	130.350,14
2034	768.673,05	1.599.670,67	(830.997,62)	(700.647,48)
2035	734.357,86	1.992.062,80	(1.257.704,94)	(1.958.352,42)
2036	701.593,92	2.230.373,34	(1.528.779,42)	(3.487.131,84)
2037	671.461,90	2.594.692,49	(1.923.230,59)	(5.410.362,43)
2038	645.635,72	2.829.568,04	(2.183.932,32)	(7.594.294,75)
2039	618.778,48	3.146.300,82	(2.527.522,34)	(10.121.817,09)
2040	593.819,67	3.474.927,04	(2.881.107,37)	(13.002.924,46)
2041	569.483,63	3.838.932,89	(3.269.449,26)	(16.272.373,72)
2042	545.807,19	4.129.251,36	(3.583.444,17)	(19.855.817,89)
2043	523.821,38	4.602.929,89	(4.079.108,51)	(23.934.926,40)
2044	502.174,63	4.962.029,54	(4.459.854,91)	(28.394.781,31)
2045	481.331,10	5.232.464,12	(4.751.133,02)	(33.145.914,33)
2046	459.994,98	5.576.884,17	(5.116.889,19)	(38.262.803,52)
2047	436.995,23	5.842.652,14	(5.405.656,91)	(43.668.460,43)
2048	414.862,65	6.078.158,32	(5.663.295,67)	(49.331.756,10)
2049	392.613,51	6.401.897,71	(6.009.284,20)	(55.341.040,30)
2050	372.168,16	6.634.440,93	(6.262.272,77)	(61.603.313,07)
2051	353.310,00	6.855.532,32	(6.502.222,32)	(68.105.535,39)
2052	333.749,52	7.059.317,46	(6.725.567,94)	(74.831.103,33)
2053	314.600,20	7.241.462,02	(6.926.861,82)	(81.757.965,15)
2054	296.600,27	7.294.824,42	(6.998.224,15)	(88.756.189,30)
2055	278.695,68	7.294.824,42	(7.016.128,74)	(95.772.318,04)
2056	261.630,77	7.280.045,76	(7.018.414,99)	(102.790.733,03)
2057	244.711,38	7.241.059,98	(6.996.348,60)	(109.787.081,63)



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2019

AMF Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

Exercício	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	SALDO FINANCEIRO
	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIO	DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) - (d Anterior) + (c)
2058	228.195,38	7.182.544,74	(6.954.349,36)	(116.741.430,99)
2059	212.480,24	7.082.494,24	(6.870.014,00)	(123.611.444,99)
2060	197.184,02	6.970.147,51	(6.772.963,49)	(130.384.408,48)
2061	182.440,26	6.836.190,72	(6.653.750,46)	(137.038.158,94)
2062	168.282,03	6.707.927,82	(6.539.645,79)	(143.577.804,73)
2063	154.742,36	6.540.636,33	(6.385.893,97)	(149.963.698,70)
2064	141.850,88	6.355.904,15	(6.214.053,27)	(156.177.751,97)
2065	129.631,87	6.162.091,94	(6.032.460,07)	(162.210.212,04)
2066	118.101,65	5.948.737,07	(5.830.635,42)	(168.040.847,46)
2067	107.269,71	5.713.908,97	(5.606.639,26)	(173.647.486,72)
2068	97.135,95	5.478.149,21	(5.381.013,26)	(179.028.499,98)
2069	87.692,75	5.238.434,75	(5.150.742,00)	(184.179.241,98)
2070	78.923,31	4.990.238,43	(4.911.315,12)	(189.090.557,10)
2071	70.805,80	4.741.067,30	(4.670.261,50)	(193.760.818,60)
2072	63.312,40	4.488.868,13	(4.425.555,73)	(198.186.374,33)
2073	56.411,60	4.239.069,86	(4.182.658,26)	(202.369.032,59)
2074	50.070,85	3.992.493,41	(3.942.422,56)	(206.311.455,15)
2075	44.259,30	3.747.201,18	(3.702.941,88)	(210.014.397,03)
2076	38.946,15	3.506.342,53	(3.467.396,38)	(213.481.793,41)
2077	34.101,51	3.270.800,87	(3.236.699,36)	(216.718.492,77)
2078	29.696,49	3.041.483,52	(3.011.787,03)	(219.730.279,80)
2079	25.703,58	2.819.261,53	(2.793.557,95)	(222.523.837,75)
2080	22.096,41	2.604.940,90	(2.582.844,49)	(225.106.682,24)
2081	18.851,47	2.399.215,40	(2.380.363,93)	(227.487.046,17)
2082	15.948,47	2.202.685,57	(2.186.737,10)	(229.673.783,27)
2083	13.369,49	2.015.786,82	(2.002.417,33)	(231.676.200,60)
2084	11.097,37	1.838.810,98	(1.827.713,61)	(233.503.914,21)
2085	9.114,73	1.671.881,13	(1.662.766,40)	(235.166.680,61)
2086	7.403,60	1.515.008,82	(1.507.605,22)	(236.674.285,83)
2087	5.945,09	1.368.070,47	(1.362.125,38)	(238.036.411,21)
2088	4.719,57	1.230.853,03	(1.226.133,46)	(239.262.544,67)
2089	3.706,17	1.103.083,66	(1.099.377,49)	(240.361.922,16)
2090	2.881,85	984.473,39	(981.591,54)	(241.343.513,70)
2091	2.221,67	874.687,46	(872.465,79)	(242.215.979,49)
2092	2.106,30	773.362,82	(771.256,52)	(242.987.236,01)



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cordeiro

Página 3 de 3

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

LUCIANO RAMOS PINTO
ORDENADOR PRINCIPAL
Mat.:

Pablo Renzi Peres Caruzo
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
Mat.:020181163

Paulo Geovani Olival
RESP. CONTABILIDADE
Mat.:20010991



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES

2019

AMF Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea a)		R\$ 1,00		
Receitas	2015	2016	2017	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.175.937,05	3.982.886,18	3.808.791,98	
RECEITAS CORRENTES	2.175.937,05	3.982.886,18	3.808.791,98	
Reculta de Contribuições dos Segurados	0,00	3.560.942,72	3.428.705,69	
Pessoal Civil	0,00	3.560.942,72	3.428.705,69	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	1.726.199,40	73.593,05	0,00	
Reculta Patrimonial	366.546,09	42.432,87	62.894,32	
Reculta de Serviços	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	83.191,56	305.917,54	317.191,97	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	83.191,56	305.917,54	317.191,97	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.726.199,40	263.247,31	221.999,36	
RECEITAS CORRENTES	1.726.199,40	263.247,31	221.999,36	
Reculta de Contribuições	0,00	0,00	221.999,36	
Patronal	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	221.999,36	
Reculta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	
Reculta de Serviços	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	1.726.199,40	263.247,31	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	3.902.136,45	4.246.133,49	4.030.791,34	
Despesas	2015	2016	2017	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	13.112.311,57	5.796.309,56	7.699.498,88	
ADMINISTRAÇÃO	6.559.336,57	5.384.278,47	253.233,80	
Despesas Correntes	6.552.975,00	5.384.278,47	252.278,89	
Despesas de Capital	6.361,57	0,00	954,91	
PREVIDÊNCIA	6.552.975,00	412.031,09	7.446.265,08	
Pessoal Civil	6.249.164,21	183.193,17	7.446.265,08	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	303.810,79	228.837,92	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	303.810,79	228.837,92	0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	13.112.311,57	5.796.309,56	7.699.498,88	



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	(9.210.175,12)	(1.550.176,07)	(3.668.707,54)
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2015	2016	2017
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	5.070.449,70
Plano Financeiro	0,00	0,00	4.961.278,78
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação da Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	4.961.278,78
Plano Previdenciário	0,00	0,00	109.170,92
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	109.170,92
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	(9.210.175,12)	(1.550.176,07)	(3.668.707,54)
RENTES E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00

LUCIANO RAMOS PINTO
ORDENADOR PRINCIPAL
Mat.:

Pablo Renzi Peres Caruzo
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
Mat.:020181163

Paulo Geovani Olival
RESP. CONTABILIDADE
Mat.:20010991



META FISCAL - MONTANTE DA DÍVIDA

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.400.153,01	9.932.726,81	8.798.231,06	7.663.736,31	6.529.241,56	5.394.746,81
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	2.400.153,01	9.932.726,81	8.798.231,06	7.663.736,31	6.529.241,56	5.394.746,81
DEDUÇÕES (II)	10.291.005,79	13.835.756,11	16.215.430,98	16.442.447,01	14.647.593,79	17.335.768,54
Ativo Disponível	3.144.584,80	7.046.583,07	6.380.950,24	6.470.283,54	4.276.543,78	6.549.876,53
Haveres Financeiros	8.802.407,29	9.304.144,51	9.834.480,74	9.972.163,47	10.371.050,01	10.785.892,01
(-) Restos a Pagar Processados	1.655.986,30	2.514.971,47	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	-7.890.852,78	-3.903.029,30	-7.417.199,92	-8.778.710,70	-8.118.352,23	-11.941.021,73

LUCIANO RAMOS PINTO
ORDENADOR PRINCIPAL
Mat.: _____

Pablo Renzi Peres Caruzo
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
Mat.: 020181163

Paulo Geovani Olival
RESP. CONTABILIDADE
Mat.: 20010991

Diário Oficial CORDEIRO



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cordeiro

Página 1 de 1

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.400.153,01	9.932.726,81	8.798.231,06	7.663.736,31	6.529.241,56	5.394.746,81
DEDUÇÕES (II)	10.291.005,79	13.835.756,11	16.215.430,98	16.442.447,01	14.647.593,79	17.335.768,54
Ativo Disponível	3.144.584,80	7.046.583,07	6.380.950,24	6.470.283,54	4.276.543,78	6.549.876,53
Haveres Financeiros	8.802.407,29	9.304.144,51	9.834.480,74	9.972.163,47	10.371.050,01	10.785.892,01
(-) Restos a Pagar Processados	1.655.986,30	2.514.971,47	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	-7.890.852,78	-3.903.029,30	-7.417.199,92	-8.778.710,70	-8.118.352,23	-11.941.021,73
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(III+IV-V)	-7.890.852,78	-3.903.029,30	-7.417.199,92	-8.778.710,70	-8.118.352,23	-11.941.021,73
RESULTADO NOMINAL	-2.251.206,44	3.987.823,48	-3.514.170,62	-1.361.510,78	660.358,47	-3.822.669,50

LUCIANO RAMOS PINTO
ORDENADOR PRINCIPAL
Mat.: :

Pablo Renzi Peres Caruzo
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
Mat.:020181163

Paulo Geovani Olival
RESP. CONTABILIDADE
Mat.:20010991

Desenvolvido por SAPITUR



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cordeiro

Página 1 de 2

META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (I)	58.627.692,45	60.772.207,97	64.584.308,73	67.490.602,62	70.190.226,73	72.997.835,80
Receita Tributária	58.627.692,45	60.772.207,97	4.671.878,72	4.882.113,25	5.077.397,78	5.280.493,75
Receita de Contribuição	0,00	0,00	7.014.262,56	7.329.904,38	7.623.100,56	7.928.024,58
Receita Patrimonial	0,00	0,00	985.148,44	1.029.480,11	1.070.659,32	1.113.485,68
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00	888.923,93	928.925,50	966.082,53	1.004.725,82
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	96.224,51	100.554,61	104.576,79	108.759,86
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	1.000,00	1.045,00	1.086,80	1.130,27
Receita de Serviços	0,00	0,00	1.000,00	1.045,00	1.086,80	1.130,27
Transferências Correntes	0,00	0,00	50.014.831,38	52.265.498,81	54.356.118,75	56.530.363,49
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	1.896.187,63	1.981.516,07	2.060.776,72	2.143.207,76
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	58.627.692,45	60.772.207,97	63.695.384,80	66.561.677,12	69.224.144,20	71.993.109,98
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	0,00	0,00	175.691,27	183.597,38	190.941,27	198.578,92
Operações de Crédito(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos(VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos(VII)	0,00	0,00	2.000,00	2.090,00	2.173,60	2.260,54
Transferências de Capital	0,00	0,00	161.771,04	169.050,74	175.812,76	182.845,27
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	11.920,23	12.456,64	12.954,91	13.473,11
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	0,00	0,00	173.691,27	181.507,38	188.767,67	196.318,38
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III + VIII)	58.627.692,45	60.772.207,97	63.869.076,07	66.743.184,50	69.412.911,87	72.189.428,36
DESPESAS CORRENTES (X)	56.234.103,59	58.891.338,61	61.334.655,59	64.094.715,09	66.658.503,69	69.324.843,83
Pessoal e Encargos Sociais	33.233.056,27	37.047.810,43	37.896.813,21	39.602.169,80	41.186.256,59	42.833.706,85
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	7.379,55	30.000,00	31.350,00	32.604,00	33.908,16
Outras Despesas Correntes	23.001.047,32	21.836.148,63	23.407.842,38	24.461.195,29	25.439.643,10	26.457.228,82
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	56.234.103,59	58.883.959,06	61.304.655,59	64.063.365,09	66.625.899,69	69.290.935,67

Desenvolvido por SAPITUR



META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO

DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	622.199,87	738.778,47	2.587.744,41	2.704.192,91	2.812.360,63	2.924.855,06
Investimentos	76.212,65	178.192,46	1.694.744,41	1.771.007,91	1.841.848,23	1.915.522,16
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	545.987,22	560.586,01	893.000,00	933.185,00	970.512,40	1.009.332,90
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) - (XIII-XIV)	76.212,65	178.192,46	1.694.744,41	1.771.007,91	1.841.848,23	1.915.522,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	837.600,00	875.292,00	910.303,68	946.715,83
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII) - (XII+XV+XVI+XVII)	56.310.316,24	59.062.151,52	63.837.000,00	66.709.665,00	69.378.051,60	72.153.173,66
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	2.317.376,21	1.710.056,45	32.076,07	33.519,50	34.860,27	36.254,70

LUCIANO RAMOS PINTO
ORDENADOR PRINCIPAL
Mat.:

Pablo Renzi Peres Caruzo
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
Mat.:020181163

Paulo Geovani Olival
RESP. CONTABILIDADE
Mat.:20010991

Desenvolvido por SAPITUR



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

2019

AMP Tabela 8 (LRP, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
Multas e Juros da Dívida Ativa	Anistia	Campanha para pagamento da Dívida Ativa	250.000,00	250.000,00	250.000,00	Incremento no recebimento da Dívida Ativa
Isenção de ISS e IPTU	Isenção	Novas empreendimentos para o Município	280.000,00	280.000,00	280.000,00	Empreendimentos para o Município.
TOTAL			530.000,00	530.000,00	530.000,00	

LUCIANO RAMOS PINTO
ORDENADOR PRINCIPAL
Mat.:

Pablo Renzi Peres Caruzo
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
Mat.:020181163

Paulo Geovani Olival
RESP. CONTABILIDADE
Mat.:20010991

Desenvolvido por SAPITUR



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cordeiro

Página 1 de 1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	2019
Aumento Permanente da Receita	2.914.200,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.914.200,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III)=(I+II)	2.914.200,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	2.914.200,00

LUCIANO RAMOS PINTO
ORDENADOR PRINCIPAL
Mat.: _____

Pablo Renzi Peres Caruzo
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
Mat.: 020181163

Paulo Geovani Olival
RESP. CONTABILIDADE
Mat.: 20010991

Diário Oficial CORDEIRO



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cordeiro

Página 1 de 1

Total de Despesas

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NAT. DESPESA	R\$ 1,00					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DESPESAS CORRENTES (I)	56.234.103,59	58.891.338,61	61.334.655,59	64.094.715,09	66.658.503,69	69.324.843,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.233.056,27	37.047.810,43	37.896.813,21	39.602.169,80	41.186.256,59	42.833.706,85
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	7.379,55	30.000,00	31.350,00	32.604,00	33.908,16
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.001.047,32	21.836.148,63	23.407.842,38	24.461.195,29	25.439.643,10	26.457.228,82
DESPESAS DE CAPITAL (II)	622.199,87	738.778,47	2.587.744,41	2.704.192,91	2.812.360,63	2.924.855,06
INVESTIMENTOS	76.212,65	178.192,46	1.694.744,41	1.771.007,91	1.841.848,23	1.915.522,16
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	545.987,22	560.586,01	893.000,00	933.185,00	970.512,40	1.009.332,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	0,00	0,00	837.600,00	875.292,00	910.303,68	946.715,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	837.600,00	875.292,00	910.303,68	946.715,83
TOTAL (IV) = (I+II+III)	56.856.303,46	59.630.117,08	64.760.000,00	67.674.200,00	70.381.168,00	73.196.414,72

LUCIANO RAMOS PINTO
ORDENADOR PRINCIPAL
Mat.:

Pablo Renzi Peres Caruzo
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
Mat.:020181163

Paulo Geovani Olival
RESP. CONTABILIDADE
Mat.:20010991

PODER LEGISLATIVO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Cordeiro
"Cordeiro- Cidade Exposição"
Poder Legislativo

RESOLUÇÃO Nº 007/2018

*"ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 001/2017 NA FORMA QUE
DISPÕE."*

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE
JANEIRO, por seus representantes aprovou e em seu nome promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica alterada a composição da Comissão de Obras Públicas e Serviços Urbanos da
Câmara Municipal de Cordeiro, que fica assim constituída:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

PRESIDENTE: MARCELO MARCO DUARTE FONSECA

VICE-PRESIDENTE: MÁRIO ANTONIO BARROS DE ARAÚJO

MEMBRO: FURTUOSO DE FÁTIMA DA CONCEIÇÃO LOPES

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões Jusecelino Kubitschek, 18 de junho de 2018.



Elielson Elias Mendes
Presidente